

Arícia Fernandes Correia

Diários Urbanos: o cotidiano do direito à cidade

Editar
Juiz de Fora
2021

Copyright by © Arícia Fernandes Correia
2021

Conselho Editorial

Antônio Celso Alves Pereira - Rio de Janeiro - RJ
 Antônio Pereira Gaio Júnior Juiz de Fora - MG
 Cleyson de Moraes Mello - Rio de Janeiro - RJ
 Germana Parente Neiva Belchior - Fortaleza - CE
 Guilherme Sandoval Góes - Rio de Janeiro - RJ
 Gustavo Silveira Siqueira - Rio de Janeiro - RJ
 João Eduardo de Alves Pereira - Rio de Janeiro - RJ
 José Maria Pinheiro Madeira - Rio de Janeiro - RJ
 Martha Asunción Enriquez Prado - Curitiba - PR
 Maurício Jorge Pereira da Mota - Rio de Janeiro - RJ
 Nuria Belloso Martín - Burgos - Espanha
 Rafael Mário Iorio Filho - Rio de Janeiro - RJ
 Ricardo Lodi Ribeiro - Rio de Janeiro - RJ
 Sidney Guerra - Rio de Janeiro - RJ
 Valfredo de Andrade Aguiar Filho - João Pessoa - PB
 Vanderlei Martins - Rio de Janeiro - RJ
 Vânia Siciliano Aieta - Rio de Janeiro - RJ

Conselho Científico

Adriano Moura da Fonseca Pinto - Rio de Janeiro - RJ
 Alexandre de Castro Catharina - Rio de Janeiro - RJ
 Bruno Amaro Lacerda - Juiz de Fora - Minas Gerais
 Carlos Eduardo Japiassú - Rio de Janeiro - RJ
 Célia Barbosa Abreu - Rio de Janeiro - RJ
 Claudia Ribeiro Pereira Nunes - Rio de Janeiro - RJ
 Daniel Nunes Pereira - Rio de Janeiro - RJ
 Elena de Carvalho Gomes - Belo Horizonte - Minas Gerais
 Jorge Bercholz - Buenos Aires - Argentina
 Leonardo Rabelo - Rio de Janeiro - RJ
 Marcelo Pereira Almeida - Niterói - Rio de Janeiro
 Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho - Ribeirão Preto - SP
 Sebastião Trogo - Juiz de Fora - MG
 Theresa Calvet de Magalhães - Belo Horizonte - MG
 Thiago Jordace - Rio de Janeiro - RJ

Capa

NeoHub Studio

Projeto gráfico

André Luiz Gama

Revisão

André Gama

Editoração e impressão

Editar Editora Associada
 (32) 3213-2529 / 3241-2670
 Juiz de Fora - MG

Dados internacionais de catalogação na publicação

C823d CORREIA, Arícia Fernandes

Diários Urbanos: o cotidiano do direito à cidade / Arícia Fernandes Correia, Juiz de
 Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2021.

ISBN: 978-65-86345-11-7

1. Fundamentos – Direito – Brasil.

CDD 340
 CDU 34

Sumário

Apresentação	9
--------------------	---

Parte 1 - Artigos Jurídicos

Direitos Fundamentais, Planejamento Urbano, e Direito à Cidade

Planejando Cidades Plurais: por um planejamento urbano mais humano	15
1. Planejamento urbano e pós-modernismo.....	16
2. Contributos Teóricos para uma Teoria da Cidade Plural.....	26
3. Cidades mais Humanas	31
4. Garantia de Direitos Personalíssimos da Pessoa Humana e conexão de Direitos Fundamentais ao Planejamento Urbano	33
5. Por uma Cidade mais Plural, mais Humana, mais Inclusiva e mais Tolerante ...	45
6. Conclusões.....	50
Referências	51

Novo Marco da Regularização Fundiária no Brasil: a substituição das zonas
de especial interesse social por *núcleos urbanos informais*

1. Apresentação	54
2. Zonas de Especial Interesse Social	60
3. Regularização Fundiária Urbana Plena	61
3.1. Regularização Fundiária Plena na Cidade do Rio de Janeiro ..	62
4. Novo Marco Regulatório: Regularização Fundiária Urbana Estritamente Dominial.....	63
5. Divisão de Competências entre União e Municípios em Matéria Urbanística ...	65
6. Dispensabilidade de ZEIS pelo Legislador Federal <i>versus</i> Imponibilidade pelo Legislador Local	67
7. Conclusões	68
Referências	69

Regularização Fundiária Urbana: contributos para a regulamentação da Lei Federal n. 13.465/2017 e a construção do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro 2021	71
1. Apresentação do Tema	72
1.1. Regularização Fundiária como diretriz da Política Urbana	76
1.2. Um pouco da História da Regularização Urbanística e Fundiária na Cidade do Rio de Janeiro	81
2. Divisão de Competências entre União e Municípios em Matéria Urbanística ..	86
3. Novo Marco Regulatório da Regularização Fundiária Urbana: conceitos básicos.....	88
4. Desafios da Regulamentação Local da Lei Federal n. 13.465/2017.....	94
4.1. Iniciativa Privativa	96
4.2. Compatibilidade com a Lei Federal, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e o Plano Diretor.....	100
4.3. Autonomia Local e Lei Municipal de Regularização Urbanística e Fundiária Urbana.....	102
5. Compatibilidade do Plano Diretor (a vigor em tese a partir de 2021) com a Lei Federal nº. 13.465/2017.....	112
6. Planejamento Metropolitano e Regularização Fundiária.....	116
6.1. Estatuto da Metrópole e Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado ..	116
6.2. Política Pública Metropolitana Fluminense	119
7. Conclusões.....	122
Referências	123

Advocacia Preventiva no Período Pós Regularização Fundiária Urbana: em busca do caráter redistributivo do tributo	127
1. Apresentação do Tema	128
2. Regularização Fundiária <i>stricto sensu</i> . Instrumentos de Regularização Fundiária utilizados no âmbito da Cidade do Rio de Janeiro. Efeitos Tributários das Titulações.....	132
3. Tributos Fundiários: uma singela premissa conceitual	137
3.1. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	137
3.2. Imposto sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (ITBI).....	140
3.3. Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e por Doação (ITCMD ou ITD)	141
4. Titulações que implicam Aquisição Originária da Propriedade. Tributação. Isenções.	142
4.1. Legitimação de Posse.....	143
4.2. Legitimação Fundiária	149

4.3. Efeitos Tributários das Titulações que implicam Aquisição Originária e suas Mudanças Subsequentes na Cadeia Patrimonial.....	151
5. Titulações que implicam Gravame de Ônus Reais sobre Bens Públicos.....	156
5.1. Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)	156
5.2. Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM)	162
6. Doação	163
6.1. Doação do Domínio Pleno	163
6.2. Doação de Domínio Útil.....	165
7. Isenções Cartorárias	170
8. O Caso de Santa Lucia e as Reflexões para os <i>cases</i> cariocas	172
9. Reflexões e Proposições Finais.....	174
Referências	176

Parte 2 – Pareceres

Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito à Cidade

Parceria Público Privada dos Serviços de Iluminação Pública e <i>Smart City</i>	181
Parte I - Conceitual.....	182
1. Premissas Conceituais	182
1.1 Concessão de Serviço Público	182
1.2 Concessão Administrativa	183
1.3 Concessão Administrativa de Iluminação Pública	184
1.4 Questões Preliminares: indelegabilidade da competência tributária, destinação da COSIP e vinculação da PPP à receita tributária.....	186
1.5 Modelagem PPP Iluminação Pública	191
1.6 Similitude com a Concessão Comum e possibilidade de Autossustentabilidade.....	194
1.7 Parque de Iluminação Pública, Uso do Solo Urbano e Sustentabilidade.	195
Parte II - Prática.....	196
1. Instrução Procedimental: chamando o feito à ordem.....	196
1.1 Justificativa da escolha pelo Modelo pela Administração.....	196
1.2 Exigências de parte da autoridade administrativa	196
1.3 Comprometimento da receita corrente líquida municipal	197
1.4 Oitiva dos órgãos técnicos	198
2. Conclusões	198
2.1 Regulamentação do Uso das Patinetes Elétricas	198

Parte 3 – Curtas Urbanas

Direito à Cidade e Direito Previdenciário

Regime Próprio de Previdência Carioca: reformas do passado e perspectivas

de um distante futuro	211
1. Apresentação do Tema	212
2. Constituição de 1988 e Reformas Previdenciárias Constitucionais.....	212
3. Regime Próprio de Previdência Carioca.....	218
4. Exercícios de mera Especulação Previdenciária <i>pro futuro</i>	221

Referências	222
-------------------	-----

Carta Rio 2021: documento votado e aprovado no I e II Fóruns de Debates

Públicos do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro	223
---	-----

1. Apresentação do Tema	224
2. Política Urbana. Função Social da Cidade. Estatuto da Cidade. Plano Diretor....	225
3. Metodologia de Elaboração da Carta Rio 2021	226
4. Carta Rio 2021	229
Oficina 1 Cidade do Plano	229
Oficina 2 Cidade-Metrópole.....	230
Oficina 3 Função Social da Cidade e da Propriedade	231
Oficina 4 Cidade Autoconstruída	232
Oficina 5 Cidade Resiliente	234
Oficina 6 Cidade Sustentável.....	235

Cidades Sustentáveis e Estatuto da Metrópole: um olhar sob o prisma social

da sustentabilidade	237
1. Apresentação do Tema	237
2. Cidades Socialmente Sustentáveis	241
3. Cidades Sustentáveis e Estatuto da Metrópole	247

Referências	250
-------------------	-----

Parte 4 - Rede Urbana

Coproduções e Construções Coletivas do Direito à Cidade

Advocacia Pública Municipal do Século XXI e sua Relevância no

Desenvolvimento dos Municípios Brasileiros	253
--	-----

Referências	264
-------------------	-----

Carta Rio 2021.....	265
---------------------	-----

O inteiro teor da Carta Rio 2021 pode ser conferido na Parte 3 deste livro. ...265

Parte 5 – Palestras

Direitos Humanos, Direito Administrativo e Direito à Cidade

Direitos Humanos: O Que Temos a Ver com Isso?	269
1. Antes de tudo: os Direitos Naturais na Antiguidade e os Direitos Humanos na Atualidade	269
2. Acordo Semântico: Direitos Humanos & Direitos Fundamentais	272
3. Teoria dos Direitos Fundamentais.....	273
4. Mas se as violações ocorrem em outros continentes, afinal, o que temos a ver com isso?.....	275
5. Dignidade da Pessoa Humana.....	275
6. Mínimo Existencial e Pacto Federativo Brasileiro	276
7. Ressignificando os Direitos Humanos	276
Cidade e Democracia: Para Olhar para Frente uma Cidade deve Saber de Onde Partiu – Reflexões para a 7ª Conferência da Cidade de Niterói	279
1. Às Origens.....	280
2. A Cidade.....	283
3. A Rua	285
4. A Região Metropolitana	286
5. A Baía	288
Nova Lei das Agências Reguladoras: o que esperar	289
1. Contexto	289
2. Conceito	292
2.1. Poder Normativo.....	293
2.2. Autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira	294
2.3. Regime jurídico definido na ADINn.	294
3. À guisa de conclusão	296

Parte 6

Cidade e Covid-19

Artigo Jurídico - Cidade, Saúde e Covid-19.....	299
Notas Jurídicas Covid-19 no Contexto da Advocacia Pública Municipal	299
Cidade e Direitos Sociais:	299
1. Os Direitos Sociais e a Constituição de 1988	300
2. Os Direitos Sociais e a Cidade: “ <i>Mínimo Existencial Urbano</i> ”	306
3. Cidade, Direito Social à Saúde e Pandemia por <i>Covid-19</i>	310

3.1. Estado de emergência sanitária por <i>Covid-19</i>	311
3.2. Competência concorrente dos entes estaduais e, suplementar, dos municipais	317
3.3. Critérios de constitucionalidade balizadores das medidas restritivas a direitos	321
4. Cidade e Desigualdade Social	322
Referências	326
Notas Jurídicas sobre <i>Covid19</i> no Contexto da Advocacia Pública Municipal.....	329
Notas Jurídicas 2020 - <i>Covid-19</i>	329
<i>Covid</i> e Direitos Fundamentais.....	329
<i>Covid</i> e Federação	330
<i>Covid</i> : Emergência Sanitária e Calamidade Fiscal	331
<i>Covid</i> : Estado de “Exceções Infraconstitucionais” que não se confunde com Estados de Exceção Constitucional: Estado de Defesa e Estado de Sítio...	332
<i>Covid</i> e Evidências Científicas / Informações Estratégicas de Saúde.....	333
<i>Covid</i> e Desigualdade Social.....	333
<i>Covid</i> e Dispensa de Licitação.....	334
<i>Covid</i> e Gastos com Pessoal.....	335
<i>Covid</i> e Requisição Administrativa	337
<i>Covid</i> e Ano Eleitoral	338